



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARACATU

CURADORIA: EDUCAÇÃO E INFÂNCIA E JUVENTUDE

Considerando que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (art. 205, CF)

Considerando que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia da educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (art, 208, I, CF);

Considerando a universalização da educação básica;

Considerando que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado;

Considerando que a alimentação é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente;

Considerando que o direito à alimentação escolar tem por escopo garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. (Lei nº 11.947/2009)

Considerando que as aulas da rede pública foram suspensas em razão da pandemia do Coronavírus – COVID-19 e que muitas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social podem ter a alimentação restringida;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Considerando que cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis (art. 201, VIII, Lei n 8069/90)

O acompanhamento da atuação da Prefeitura de Paracatu para assegurar este direito às crianças e aos adolescentes que estudam na rede pública é de fundamental importância.

Posto isso, determino a instauração de Procedimento Administrativo¹, para acompanhamento de políticas públicas, nos termos do art. 1º, II, da Resolução Conjunta PGJ CGMP nº 4, de 31 de outubro de 2017.

Requisite-se:

A - Ao Prefeito e à Secretaria Municipal de Educação informação acerca da alimentação escolar, nos seguintes termos:

I – Quais as medidas estão sendo providenciadas para assegurar a alimentação escolar das crianças e adolescentes que estudam na rede pública de ensino durante à pandemia de COVID-19?

II – A alimentação escolar está suspensa?

III – Qual o plano de atuação para continuidade da alimentação escolar sem desrespeitar as regras de segurança impostas devido à pandemia de COVID- 19?

IV – Quais medidas estão sendo providenciadas para atender às famílias dos discentes em situação de vulnerabilidade?

Prazo: 05 (cinco) dias.

Oportunamente, apresento-lhes a medida adotada pela Prefeitura de Belo Horizonte que está fornecendo cesta básica, composta de 12 (doze) itens, à família dos discentes da rede pública, mediante a apresentação de declaração de matrícula. A fim de

¹ Representante; De ofício Representado; Município de Paracatu



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

evitar aglomerações, a prefeitura entregará a cesta em supermercados credenciados, respeitando, assim, as orientações das autoridades de saúde.²

As notificações poderão ser realizadas por contato telefônico ou endereço eletrônico, mediante certidão.

Após o transcurso do prazo, com ou sem resposta, faça-se conclusivo.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paracatu, 25 de março de 2020

Assinatura manuscrita em azul, legível como "Maria Constância Martins da Costa Alvim".

Maria Constância Martins da Costa Alvim
Promotora de Justiça

² Informações extraídas do site <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-distribuir-cestas-basicas-140-mil-familias-durante-suspensao-das-aulas>, pesquisa efetuada no dia 24/03/2020 às 16h.